

J. PINTO PEIXOTO * F. R. DIAS AGUDO * J. TIAGO DE OLIVEIRA * J. CAMPOS FERREIRA
MARGARITA RAMALHO * A. RIBEIRO GOMES * ARMANDO POLICARPO * F. DUARTE SANTOS
J. GOMES FERREIRA * L. A. MENDES VICTOR * MANUEL LARANJEIRA * M. GOMES GUERREIRO
J. CÂNDIDO DE OLIVEIRA * ROBALO CORDEIRO * J. CELESTINO DA COSTA * A. CASTRO CALDAS
BARAHONA FERNANDES * ARANTES E OLIVEIRA * A. F. CARVALHO QUINTELA * A. BARBOSA
DE ABREU * GOUVÊA PORTELA * L. BRAGA CAMPOS * J. J. DELGADO DOMINGOS * A. F.
OLIVEIRA FALCÃO * DOMINGOS MOURA * H. CAMPOS NETO * A. LARCHER BRINCA * J. F.
QUINTINO ROGADO * M. AMARAL FORTES * M. BAPTISTA BRAZ * M. PEREIRA COUTINHO
FERNANDO ESTÁCIO * P. O. PEREIRA SANTOS * A. A. MONTEIRO ALVES * BRITALDO RODRI-
GUES * L. AIRES DE BARROS * MATOS ALVES * M. PORTUGAL FERREIRA * ANTÓNIO RIBEIRO
FRANCISCO GONÇALVES * TELLES ANTUNES * LUÍS ARCHER * J. MONTEZUMA DE CARVALHO
J. FIRMINO MESQUITA * ABÍLIO FERNANDES * J. MALATO-BELIZ * ARSÊNIO PATO DE
CARVALHO * A. XAVIER DA CUNHA * ALLEN DEBUS * J. SIMÕES REDINHA * SEBASTIÃO
J. FORMOSINHO * A. M. A. ROCHA GONSALVES * L. ALMEIDA ALVES * OLIVEIRA CABRAL
FRAÚSTO DA SILVA * JOSÉ V. PINA MARTINS * AMÉRICO COSTA RAMALHO * FERNANDO
REBELO * C. ALBERTO MEDEIROS * ILÍDIO DO AMARAL * MANUEL GARRIDO ARAÚJO
MANUEL VIEGAS GUERREIRO * A. SIMÕES LOPES * A. SOUSA FRANCO * ONÉSIMO T. ALMEIDA
JUSTINO MENDES DE ALMEIDA * FRANCISCO GAMA CAEIRO * RÔMULO DE CARVALHO

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL NO SÉC. XX

I VOLUME



PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
LISBOA • 1992

DISCURSO PROFERIDO
PELO PROF. DOUTOR J. TIAGO DE OLIVEIRA
NA SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO
DESTE COLÓQUIO

A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL E O SÉCULO XX

Fazer um esboço rápido do que tem sido a Educação em Portugal no nosso século é como que uma maratona em face das diversas viragens, positivas e negativas, que tem tido. Vamos tentá-lo, de modo breve, procurando chegar ao dia de hoje, visando já o século XXI e a Comunidade Europeia que agora tem 320 milhões de cidadãos e, com a evolução histórica acelerada a que se está assistindo, a médio prazo poderá ser muito maior.

I

Em 1910 proclama-se em Portugal a I República. A grandeza e generosidade do ideário republicano, em 3 curtos anos, traça as linhas de desenvolvimento da Educação no País e Colónias. Poderemos considerar como marcos fundamentais a reforma das Universidades, em que as do Porto e a de Lisboa se vem juntar à de Coimbra, a criação da Faculdade de Direito de Lisboa, a passagem das Escolas Médico-Cirúrgicas do Porto e Lisboa a Faculdades de Medicina, a autonomia dos cursos de Farmácia, a transformação das Academia Politécnica do Porto e da Escola Politécnica de Lisboa em Faculdades de Ciências, a criação das Faculdades de Letras por transformação da Faculdade de Teologia de Coimbra e do Curso Superior de Letras de Lisboa,

a criação das Escolas Normais Superiores de Coimbra e Lisboa, a organização do ensino técnico superior que vem para Instrução Pública do Ministério do Fomento, as Escolas que vêm do Ministério das Colónias, etc. Fora do sistema ficaram as Escolas Militares. Embora com erros, em particular no modo de escolha de professores, erros de que o ensino universitário se virá, mais tarde, a ressentir, a abertura que essa reforma mostrava, abria caminhos ao fechado ensino universitário. Na Constituição Universitária de 1911 institucionaliza-se a investigação como parte essencial. É o eco do ensaio de 1841 de Hercúlo intitulado «Da Escola Politécnica e do Colégio dos Nobres», em defesa da primeira e crítica acérrima ao segundo onde diz «A universidade deve ser o padrão por onde se afina tudo o que diz respeito à inteligência: a sua missão é duplicada — de escola quando provê de novos sujeitos as classes excepcionais; de academia, quando os seus membros, vivendo pela ciência e para a ciência, tem na mão o facho que alumia as escolas de aplicação, o facho dos progressos puramente especulativos» (*Opúsculos*, tomo VIII).

Houve depois alterações, apenas de pormenor, até ao Estado Novo.

Não tem a mesma envergadura a reorganização do ensino secundário: só a criação dos trabalhos práticos quando possível (de 1914), a preparação para trabalhos domésticos das jovens (também de 1914) e pequenas reformas de duração curta, ou mesmo nula, entre as quais avulta talvez a criação de 3 liceus femininos, com autorização para que as jovens estudantes, fora do Porto, Coimbra e Lisboa onde se localizavam os liceu femininos, se pudessem matricular nos liceus masculinos, um por cada capital dos outros distritos. Todavia um ponto é importante e transmite aqui a ideia normativa do ideário republicano: «A instrução cívica deve ser dada pelos professores durante o ensino das disciplinas que para tal ofereçam ensejo, e nomeadamente das de Português e História», o que era passo em frente à data (1918).

O ensino técnico-profissional, não universitário, é principalmente obra de 1919 com as Escolas de Artes e Ofícios — que tão grande papel virão a desempenhar com os Altos Comissariados de Norton de Matos, em Angola e de Brito Camacho em Moçambique, e com o governo Alvaro de Castro também em Moçambique —, as Escolas Industriais e as Escolas Preparatórias (depois Institutos Industriais) e as Aulas de Comércio, Escolas Comerciais e Institutos Comerciais. O ensino agrícola vai essencialmente apoiar-se nas escolas móveis.

Mas era essencialmente o ensino primário, e também o infantil, que mais falavam ao coração dos republicanos, perfeitamente conscientes da nossa elevadíssima taxa de analfabetismo; cerca de 70% em 1911 e reduzida apenas para cerca de 65% em 1920. A 29 de Março de 1911 sai uma notável reforma do ensino primário, embora criticada em certos pontos por João de Barros e João de Deus Ramos, que, se tivesse sido executada a passo rápido, nos poria a par da Europa. O mesmo decreto legisla ainda sobre o ensino infantil e o ensino normal. O ensino infantil, facultativo, desenvolve-se pouco na órbita do Estado, mas permite ensino particular dentro do qual temos a rede dos Jardins-Escolas João de Deus que ainda hoje subsistem.

O ensino primário com 3 escalões-elementar (obrigatório), complementar e superior — é, em princípio, gratuito e dá as noções básicas da língua, das ciências exactas e naturais, da geografia, da história e tem ainda «moral prática» e «educação social, económica e civil». São criadas escolas primárias em todas as freguesias do País e Ilhas, se possível com separação dos sexos. É o retomar, para os dois sexos, das Escolas Menores (gratuitas), com os Mestres Régios, que o Marquês quis criar em cada bairro de Lisboa e uma ou duas em cada vila do Continente, Ilhas e Ultramar. Então não foi exequível mas todavia entre nós e também no Brasil produziu efeitos positivos. As Escolas Primárias Superiores, curiosamente em regime de coeducação, derivativo semi-profissionalizado para quem não seguisse os outros ensinos de continuação, não chegam a exercer grande peso embora algumas tivessem tido aspectos de notar. As Escolas Normais Primárias que recebiam alunos vindos ou do ensino primário superior ou de classes análogas dos liceus, em princípio uma por distrito, iriam formar os professores primários com cuja acção a I República esperava manter o ideal republicano, dominar o analfabetismo e alargar horizontes. Deve notar-se que este decreto, em parte executado, é muito influenciado pela estrutura educacional francesa coeva.

Porém 1923 poderia ter sido o segundo marco na organização educacional do País, se fosse aprovado o projecto de João Camoesas da «Lei sobre a reorganização da educação nacional», de 2 de Julho, em grande parte influenciado pela «Seara Nova». A sua dúzia e meia de páginas tem a fundamentação e o esquema organizativo do ensino e do ministério que o regeria (a chamar-se já Ministério da Educação Nacional). Muito se teria ganho se ele tem sido aprovado e executado. António Sérgio di-lo claramente «Quem conspira contra a reforma

medite bem no que vai fazer: porque assume perante o povo a mais tremenda das responsabilidades. *Um dia a nação nos há-de julgar*. E Jaime Cortezão, em sintonia, mas detalhando outros aspectos, diz: «A reforma constitui, na crítica dos métodos do ensino e nos fins gerais que tacitamente se propõe, não só o mais sério documento político emanado de um governo, dentro da República, como a primeira tentativa de reforma nacional, orientada por um espírito democrático». O ministério a que pertencia João Camoesas cai em Novembro e o documento é hoje, quase só, uma peça histórica. Quase só peça histórica, pois embora necessitando evidentemente de ajustamentos, há ainda hoje pontos a desenvolver e aplicar, como por exemplo a cultura moral, social e artística na instrução primária, a disciplina com o mesmo nome no curso geral dos liceus, esta com trabalhos práticos no complementar. A cultura física está sempre presente. No ensino técnico elementar (agrícola, comercial, doméstico, industrial e marítimo) há, além da formação básica geral, as aplicações à veterinária, tecnologia agrícola, economia rural, prática comercial, contabilidade, economia doméstica, trabalhos de ferro e madeira, economia industrial, tecnologia industrial, navegação costeira, direito marítimo, etc., consoante os casos. As escolas técnicas complementares, em que se convertiam os liceus femininos, fariam ensino comercial, industrial, artístico e de enfermagem continuando a mesma linha. É curiosa, e do tempo, a preocupação de separação dos sexos.

As Universidades proporião ao governo a sua própria reforma e as Escolas Normais Primárias e Superiores passariam a Faculdades de Ciências da Educação, só recentemente criadas, que se integrariam nas Universidades. E vem ainda a Inspeção médico-escolar, a Inspeção técnica do ensino, as Universidades Populares, uma Junta de Fomento de Actividades Sociais e Investigações Científicas, a estruturação das construções escolares, o Fundo de Educação Nacional, a reforma do Ministério, a criação de escolas-modelo (experimentais e para deficientes) e até um Museu Pedagógico. A 29 de Dezembro de 1923 António Sérgio, num efémero Ministério em que a «Seara Nova» participou em convite directo, criou a Junta de Orientação de Estudos — correspondente à Junta de Fomento das Actividades Sociais e Investigações Científicas — com uma largueza de vistas ainda não retomada 66 anos depois e o Instituto do Cancro, que após vicissitudes várias se mantém hoje, tendo a Junta o nome actual de INIC.

II

E, assim, se chega ao Estado Novo, perdido que foi o projecto de João Camoesas, com a Educação seguindo essencialmente o modelo dos primeiros anos da República.

O Estado Novo, até ao ministério de Veiga Simão, representa quase sempre um retrocesso ou pelo menos paragem de evolução educacional. Como pontos positivos temos o retomar, sob outro nome, da ideia da Junta de Orientação de Estudos de Sérgio e Camoesas, a criação da Universidade Técnica de Lisboa por federação de Escolas existentes e o envio de bolseiros para o estrangeiro, em maior ou menor número, que vai permitindo uma remodelação das Universidades, lenta e insuficiente. E, há que admiti-lo, certas admissões precipitadas de professores, esquecendo o pensamento de Herculano consignado na Constituição Universitária, causaram problemas durante os anos 30.

Outros aspectos são a criação dos Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique, a imposição progressiva dos doutoramentos, a lateralmente útil Campanha Nacional de Educação de Adultos que os levou a enviar os filhos para a escola, reformas do ensino liceal e técnico ambas de 1947 com alguns aspectos positivos, permitindo a introdução da Escola Activa e os estudos para o Fomento Cultural ligados à OCDE/Projecto Regional do Mediterrâneo (1959/64). ¿Mas que dizer das demissões políticas de 35 e 47, da extinção da autonomia parcial das Universidades e do encerramento de Faculdades em 1933, da redução da escolaridade obrigatória quando a taxa de analfabetismo era cerca de 63% em 1930 e 50% em 1940, da criação em 1936 dos regentes escolares que ensinaram o melhor possível aquele pouco que sabiam, da suspensão das matrículas nas Escolas Normais (ditas de Magistério Primário) que vai até 1939, da lei do casamento das professoras primárias, do decair do ensino infantil oficial, da criação da Mocidade Portuguesa afastando o movimento escuteiro livre de Sir Baden Powell, do lento, injusto escorrer de rejeições de candidatos por actividades ditas contra o Estado, da sucessão de crises estudantis dos anos 60, etc.?

Veiga Simão, no fim do Estado Novo, representa um grande arejamento do sistema (que já começara com certas reformas anteriores da Universidade). É uma forte remodelação global do ensino, com aspectos controversos e manchas tecnocráticas, mas que representa

uma séria adaptação aos tempos de então: fim dos anos 60, início dos anos 70.

O «Projecto do Sistema Escolar» e as «Linhas Gerais de Reforma do Ensino Superior» que não vale a pena descrever em detalhe, pois é o sistema vigente quase completamente até há pouco e parcialmente ainda hoje, foram como se disse um salto em frente, que urge reformular e prolongar, ajustando às condições de hoje em que não há Império Colonial e a 3 anos de prazo estaremos totalmente integrados na Comunidade Europeia.

III

É, agora, a altura de entrarmos no tema da Educação na III República, após o 25 de Abril. Em seguida à confusão no sistema educacional, em que a educação cívica politécnica foi um passo feliz, importante, mas com erros e falhado, houve que estabilizar o sistema com os diplomas sobre a gestão do ensino que deveriam ter duração curta e ainda subsistem. Depois, efectuaram-se alguns progressos como o alargamento da escolaridade obrigatória, agora atingindo praticamente 100% de escolaridade primária e com uma taxa de analfabetismo em morte lenta — embora com algum semi-analfabetismo —, a reintrodução do ensino profissionalizante, a reorganização do centros de estudos do INIC, parada todavia há tantos anos!, certa expansão da escolaridade portuguesa no estrangeiro, os diplomas dos departamentos universitários, dos cursos pós-graduados e dos créditos, a perda oportunidade de adequar os Institutos de pós-graduação universitários que não existem!, a semi-eleição dos Reitores Universitários (tantas vezes partidarizada, para o que basta ler o «Expresso» em cada instância), a institucionalização do ensino politécnico, oscilante e meandrizada, a melhoria de certas disciplinas e de manuais escolares, eis o que parece poder dizer-se como modificações, de maior ou menor vulto, do projecto Veiga Simão! Pelo caminho ficaram afastamentos injustos e promoções infelizes.

É pouco, é um País adiado na Educação, 15 anos após.

IV

E agora e aqui, Portugal, 1989, olhos no futuro?

Regressemos ao princípio dos tempos perguntando-nos o que é a Educação? Benda responde-nos dizendo que educar é propor uma hierarquia de valores à juventude. E eu juntaria «de saberes», que são consentâneos com os valores, os fundamentam e explicitam. E é, nesta perspectiva pessoal, como cidadão, que assumo totalmente a responsabilidade do que vai ser dito, sem consultar nem co-responsabilizar ninguém.

Em que medida as perspectivas actuais, supostas voltadas ao futuro, expressam uma hierarquia de valores e saberes apresentada aos jovens?

Permitam-me faça extractos da carta que o Presidente François Mitterrand, em 13 Fev. 84, dirigiu ao «Collège de France» dizendo:

«Votre haute institution est, depuis sa naissance, au centre des principales avancées du savoir et de l'enseignement. Aussi, j'attacherai le plus grand prix à ce que, sans entrer dans le détail des programmes, le Collège de France veuille bien réfléchir a ce que pourraient être, selon lui, les principes fondamentaux de l'enseignement de l'avenir, intégrant la culture littéraire et artistique la plus universelle, avec les savoirs et les méthodes des sciences les plus récentes.

Il conviendrait pour cela de prendre en compte les changements technologiques et sociaux, de favoriser la connaissance de toutes les cultures, enfin et surtout de doter les jeunes français d'instruments modernes de pensée, d'expression et d'action».

A ideia dos valores e dos saberes está pois presente nesta carta.

De modo análogo agiram os Senhores Reis de Portugal e dos Algarves, no século passado, em que a Academia deu o seu parecer fundamentado sobre a introdução do sistema métrico decimal de pesos e medidas, sobre a Comissão Geológica — hoje Serviços Geológicos de Portugal —, sobre o Sistema estatístico nacional, criou a instituição vacínica, que generalizou a vacinação e realizando a sua missão se tornou inútil, e o curso superior de Letras. Curiosamente, a actual «Lei de bases do Sistema Estatístico Nacional», aprovada por unanimidade no Parlamento, é muito inferior à lei de Armindo Monteiro, de 1935, sobre o «Instituto Nacional de Estatística» que de resto vem seguir-se, após certa evolução, à Comissão Central de Estatística do

Reino de 1857. Para ela foi importante o notável parecer de Marrecas Ferreira em 1854, actual ao tempo, em sequência a uma intervenção de Herculano nesta Academia. Não foi agora consultada a Academia — quem foi mesmo consultado? — e, de repente, surge um «engano» de 130 milhões de contos, superior ao montante do capital social de 80 novas seguradoras!

Mas regressemos a Paris e vejamos qual a resposta da Assembleia do «Collège de France» ao Presidente Mitterrand, cerca de um ano depois. As «Propositions pour l'enseignement de l'avenir» de 1985, enunciam 9 princípios cujos títulos citamos:

1. L'unité des sciences et la pluralité des cultures;
2. La diversification des formes d'excellence;
3. La multiplication des chances;
4. L'unité dans et par le pluralisme;
5. La revision périodique des savoirs enseignés;
6. L'unification des savoirs transmis;
7. Une éducation ininterrompue et alternée;
8. L'usage des techniques modernes de diffusion;
9. L'ouverture dans et par l'autonomie.

São estes os princípios básicos que o «Collège de France» designou e que, tanto quanto creio, a Academia reiteraria na sua linha geral se tivesse sido consultada, como deveria sê-lo.

De resto, quem foi consultado sobre a «Lei de bases do Sistema Estatístico Nacional», a «Lei da autonomia das Universidades», a «Lei de bases do sistema educativo»?

Ele há assuntos demasiado sérios!

A comparação da «Lei de bases do sistema educativo», de 1986, no seu art.º 2 (de título «Princípios gerais»), difere bem das «Propositions» do «Collège de France» e é pena!

Deixemo-la para trás e falemos, um pouco em corrida, sobre algumas das leis já em vigor, tanto havendo para dizer e mais ainda para fazer.

No decreto-lei 286-89 que organiza os currículos do ensino antepreterior embora com aspectos válidos podem, entre outras, relevar-se as seguintes situações:

1. No 3.º ciclo do ensino básico (7.º, 8.º e 9.º anos) há uma opção de 3h/semana entre uma 2.ª língua estrangeira, a educação tecnológica e a educação musical. Com a 2.ª língua estrangeira é obrigatoriamente oferecida, e a Comunidade Europeia está à porta, é natural que seja em grande parte escolhida, a que reduz a formação tecnológica num Mundo em permanente evolução e coloca os jovens portugueses em clara situação de subalternidade. Todavia a I República já a começava com o livrinho «Lições de Coisas» que estudei na escola primária, com proveito, e agora recorro com saudade;

2. Não há educação cívica como disciplina autónoma. Irá aparecer em parte das cerca de 100 h/ano do 3.º ciclo na multiforme área-escola. Todavia ela é essencial para os cidadãos; a alternativa Desenvolvimento Pessoal e Social/Educação Religiosa é insuficiente e desigual. A I República dava-lhe a importância e dignidade necessária e o próprio Estado Novo manteve a Educação Moral e Cívica.

Civismo/cidadania e Tecnologia eis duas faltas graves da reforma curricular em curso. E esquecemos a discutida solução do insucesso escolar, o estatuto dos professores com as áreas científicas em desertificação, o desconhecimento do calendário das chamadas «inovações», etc.

A lei de autonomia universitária desagradou a todos os colegas que conheço o que nos leva a tentar contorná-la nos estatutos das Universidades e Faculdades, visando o século XXI.

Qual das filosofias que «The Ideal of the University», de Robert Paul Wolff, é a seguida no art.º 1 (Missão da Universidade): a do «Sanctuary of scholarship», a do «Training camp for the professions», a da «Social service station» ou a da «Assembly line for the establishment»? Talvez a escolha venha a ser feita por razões tecno-burocráticas, dados os recursos humanos, laboratoriais, bibliográficos e financeiros necessários em cada caso. E onde se reflectem as 9 «Propositions» do «Collège de France»?

As condições de escolaridade são francamente más com 40 ou mais alunos nas aulas práticas e mais de 100 nas teóricas, tantas vezes; quando e se há verbas a contratação leva meses.

O programa Ciência iria mobilizar avultados recursos financeiros para as Universidades ainda em 1989. Hoje ainda nada se sabe sobre ele.

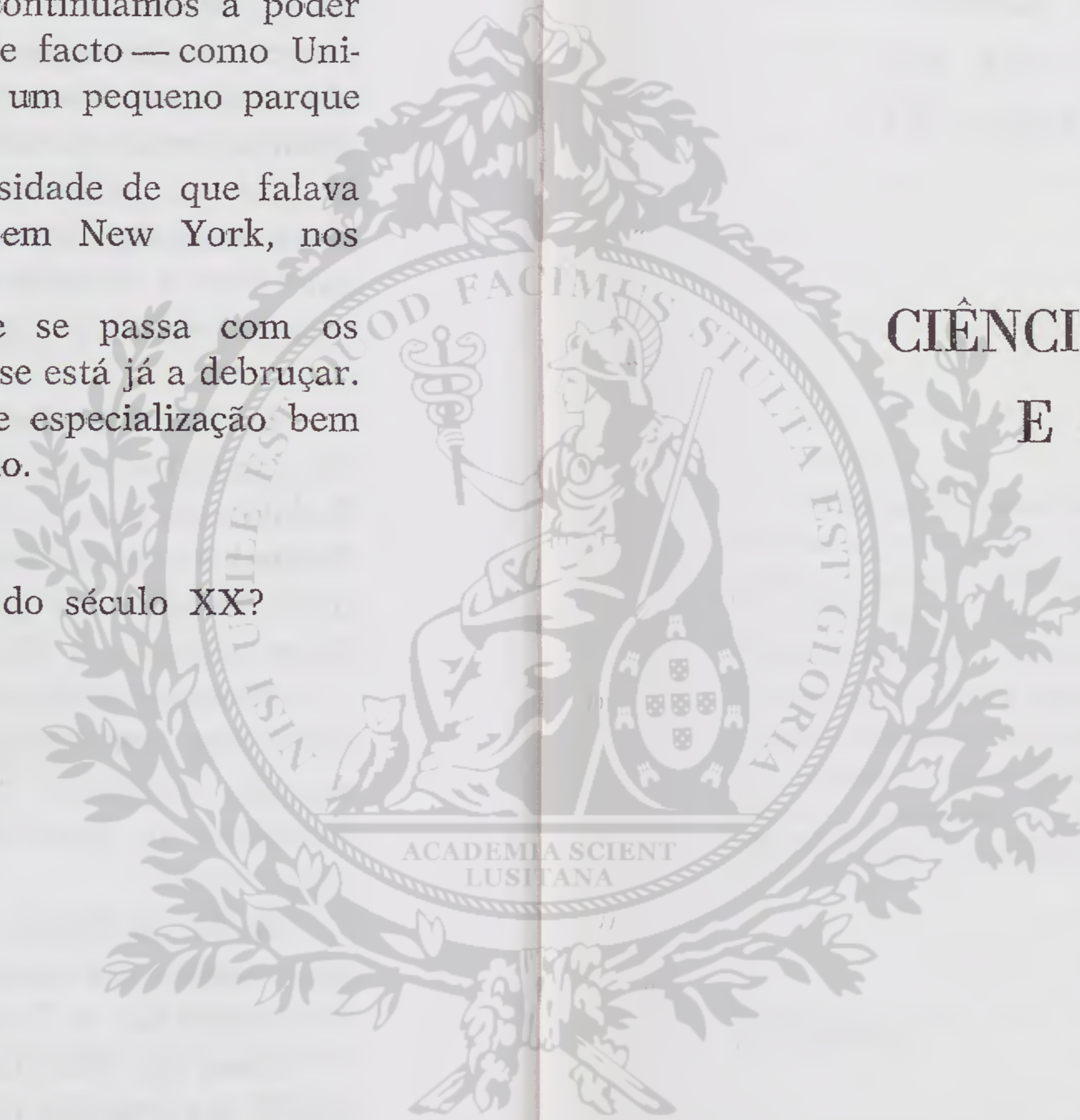
Uma Universidade tem de ter uma componente de artes e humanidades e outra de ciências e técnicas, o que o Estado, de resto, pratica. Porém no Estatuto do ensino superior particular e cooperativo, de 1989, não se exige ensino tecnológico, pelo que continuamos a poder ter as Universidades privadas — tão necessárias de facto — como Universidades de «lápiz e papel», com eventualmente um pequeno parque de microcomputadores!

Estamos bem longe da concepção de Multiversidade de que falava Kerr, Presidente da Universidade de Columbia, em New York, nos anos 60.

Analogamente podemos perguntar-nos o que se passa com os cursos de formação, sobre alguns dos quais o F.S.E. se está já a debruçar.

Continuam a faltar os cursos de reciclagem e especialização bem como o seu ordenamento no mercado de trabalho.

Quo Vadis, Educação em Portugal nos finais do século XX?



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

I

CIÊNCIAS EXACTAS E NATURAIS E CIÊNCIAS APLICADAS

MATEMÁTICA